

F
981
C280

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

ASPECTOS DA SIDERURGIA
E DA MINERAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS
DA REVISTA DO INSTITUTO

Separata dos "Anais" do Terceiro
Congresso de História Nacional

(IV VOLUME)

Publicação do INSTITUTO HISTÓRICO

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1942



ASPECTOS DA SIDERURGIA E DA MINERAÇÃO NO
BRASIL ATRAVÉS DA REVISTA DO INSTITUTO

POR

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

5 21 29a 24387

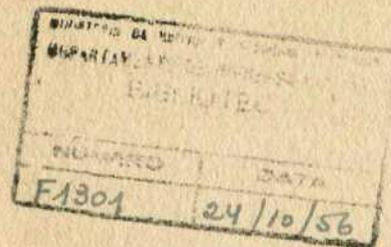
ASPECTOS DA SIDERURGIA E DA MINERAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS DA REVISTA DO INSTITUTO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro completa a 21 de outubro de 1938, cem anos de existência.

Para quem possui a coleção completa da sua Revista, torna-se mais fácil sentir o valor imenso dessa obra centenária e incomparável. Não há exagero em se afirmar que a expressão monumento nela se enquadra, satisfazendo o valor máximo e integral que se quiser emprestar àquela expressão. Ao percorrer as páginas de ouro dessa Revista, o nosso cérebro e o nosso coração mais uma vez se inclinam, reverentes, para a vida e para a obra dos homens que no passado concorreram para nos legar essa tradição honrosíssima de inteligência, cultura e educação, que se reflete sobre a sociedade brasileira; inteligência, cultura e educação que se traduzem na manifestação sempre notada por todos quantos nos visitam, através da singela hospitalidade que a caracteriza.

Até quando ser-lhe-á possível manter essa palpável característica? Os povos neste momento estão sujeitos a tantas e tais provações que, na verdade, não se pode prever o destino da sua existência. No século decorrido, a humanidade progrediu fantásticamente em capacidade coletiva realizadora, e perdeu terreno sob outros pontos de vista.

O conceito da moral se transformou radicalmente.



As contingências da vida tumultuosa de hoje, determinando choques de interesse nos grandes centros chamados de civilização, deram lugar ao aparecimento de um sem número de homens de valor individual, nascidos e criados, porem, em um ambiente completamente diferente do antigo ambiente de tradição familiar característico dos tempos passados, que se encontrava mesmo no campo das competições de interesse material.

O utilitarismo e o instinto de conservação pessoal, nos meios super-populados expulsaram sumariamente a idéia de respeito a essas tradições de família. Não é, assim, muito de espetar que a acentuada tendência hospitaleira do nosso povo possa se manter ainda por muito tempo.

Quando na sessão de 18 de agosto de 1838, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Raymundo José da Cunha Mattos e Januario da Cunha Barboza propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da mesma sociedade, a situação social da humanidade em relação à indústria era bem diferente da do fim do século XIX, e talvez não contassem eles com a perpetuidade da sua iniciativa.

A idéia luminosa de Cunha Mattos e de Cunha Barboza teve, entretanto, o acolhimento que merecia, pois a 21 de outubro de 1838 alcançava a devida consagração, fundando-se o douto e benemérito Instituto que nos dias de hoje comemora o seu primeiro e glorioso centenário.

Justificando essa bela criação diziam eles que sendo inegavel que “as letras, alem de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza dos seus alicerces”, e são, tambem, “de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente àqueles que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros”.

Tem sido essa a tarefa do Instituto, confirmada pela tradição e constatada através do escritos de sua Revista.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assim como quase todas as obras valiosas ideadas e criadas no Brasil, naquele tempo, teve, ao nascer, a coparticipação de brasileiros e portugueses.

Raymundo José da Cunha Mattos nasceu em Faro, Portugal, e consagrou toda a sua existência ao Brasil e à sua terra natal. Januario da Cunha Barboza, nasceu no Brasil, filho de pai português, aquí estudou, lá se aperfeiçoou e aquí trabalhou. José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de S. Leopoldo, primeiro presidente do Instituto, nasceu em Santos, formou-se em Coimbra, trabalhou em Portugal e aquí aportou em dezembro de 1801, despachado juiz das Alfândegas do Rio Grande e de Santa Catarina, e encarregado de sua criação. Tal como esses, poder-se-ia citar a maioria dos vultos intelectuais da Inconfidência Mineira; poder-se-ia citar Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá (o Intendente Câmara), os irmãos Andrada, Antonio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), o Almirante Barrozo. Para que citar mais?

Se nos dispuséssemos a analisar a influência que esse punhado de homens teve sobre os destinos da pátria brasileira teríamos assunto para muitos anos.

Com os inconfidentes, revolveríamos aquelas páginas vibrantes de idealismo e de rebeldia. Manoel Ferreira da Câmara levar-nos-ia à Universidade de Coimbra, à Real Academia das Ciências de Lisboa, às velhas Universidades da Europa, às minas novas do Brasil, ao Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, à nossa Constituinte de 1823 e ao primeiro, velho e nobre Senado do Império. Com os irmãos Andrada, pensaríamos em tudo isso e mais em Pernambuco de 1817, na Constituinte de Lisboa, na nossa Independência, na abdicação de D. Pedro I, na Regência e, finalmente, na maioridade de D. Pedro II. Com o Visconde de Abaeté, alem de muitas outras

coisas, teríamos 13 anos de presidência do Conselho de Ministros do Império, as lutas contra Rosas e a questão do tráfico de escravos que culminou com a sua nota memorável respondendo altivamente à nota Aberdeen. A vida do Visconde de Cairú está para sempre ligada ao decreto abrindo os portos do Brasil ao comércio internacional, e a do Almirante Barrozo, presa ao maior feito naval da América do Sul: A batalha de Riachuelo.

Isto justificaria, plenamente, uma colaboração mais íntima das associações culturais portuguesas nas próximas comemorações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lançando um olhar sobre o panorama retrospectivo que nos oferecem a História e a Geografia do Brasil, através das páginas da Revista do Instituto, deparamos logo com a pléiade brilhante de sábios e de viajantes estrangeiros que aqui aportaram para, por múltiplas formas, trazer-nos uteis ensinamentos e para levar aos demais países da Europa e da América preciosas notícias sobre os usos, costumes e riquezas do nosso povo e da nossa terra.

Spix e Martius, Saint-Hilaire, Eschwege, John Mawe, Varnhagen, Monlevade, Debret, Taunay, são nomes que jamais se afastarão do pensamento brasileiro.

Se se quisesse estender a relação dos vultos que, por notável saber, marcaram com sulco profundo a sua presença em terras do Brasil, extensíssima seria essa relação.

E' com verdadeiro orgulho que verificamos a possibilidade de antepor a esses valores outros valores que, aqui nascidos, firmaram nesse memorável período de nossa evolução histórica e geográfica marcos indeleveis de cultura e de trabalho. Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco José de Lacerda e Almeida, Antonio Pires da Silva Pontes (Leme), Ricardo Franco de Almeida Serra, Frei Marianno da Conceição Vellozo, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, José Bonifacio de Andrada e Silva, José Vieira Couto, Vicente-

Coelho de Seabra, Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), são, como aqueles, nomes que jamais poderão se extinguir na memória dos brasileiros.

Tendo o Instituto Histórico nascido em um grêmio de caráter industrial, destacaremos dos grupos acima mencionados os nomes daqueles que mais eficazmente concorreram para os surtos de desenvolvimento industrial e econômico verificados no Brasil nos períodos de sua formação e de nação independente.

As explorações das riquezas auríferas e diamantíferas do Brasil tiveram a sua melhor fase quando essas riquezas se encontravam de forma a não exigir pesquisadores senão o trabalho insano de catá-las nos terrenos chamados de aluvião, existentes em abundância nas margens dos nossos rios ricos de ouro e de diamantes. A esse tempo, essas penosas mas compensadoras explorações, não obedeciam a nenhum critério científico ou econômico. Rios de riqueza rara, eram errada e criminosamente explorados das nascentes para foz, esquecendo-se os seus exploradores de que, com semelhante barbaridade sepultavam, talvez, para sempre, nos escombros que despejavam águas abaixo, riquezas extraordinárias.

Passado esse período e esgotadas as lavras de fácil exploração, veio o período de grandes sacrifícios e de não menores desilusões para os trabalhadores e habitantes das zonas mineiras.

Outra e bem diferente era a capacidade que dos homens se exigia para poderem prosseguir na faina ingrata da mineração.

Já a natureza se mostrava não menos pródiga, mas seguramente, bem mais exigente. Os serviços de exploração já deviam obedecer a um critério científico de trabalho, subordinado aos sistemas mais modernos e avançados do velho continente europeu.

À medida que diminuiam os resultados do trabalho dos mineiros nas pesquisas das lavras, iam aumentando as exigências do fisco e concomitantemente as perseguições dos seus representantes aos pobres, incapazes e improvisados mineradores.

Fartos de tantas perseguições começaram eles a se revoltar.

Impunha-se a remodelação do sistema de trabalho. Tornara-se imprescindível a presença nas minas de quem fosse capaz de conduzir, convenientemente, a sua exploração.

Providências foram tomadas nesse sentido pelo governo português.

Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá e José Bonifácio de Andrada e Silva, jovens e talentosos brasileiros, recém-formados pela Universidade de Coimbra, foram destacados para cumprir semelhante tarefa. Prepararam-se para isso, percorrendo durante quase 10 anos consecutivos os principais centros científicos e industriais da Europa. Quando voltaram, já não mais pode haver dúvida de se terem constituído, um e outro, as colunas mestras do Brasil e de Portugal, nas quais se apoiou o novo surto industrial mineiro, daquela época.

Nesse particular, a vida do futuro intendente Câmara é preciosa para o Brasil.

Atendendo às manifestações inequívocas do seu profundo interesse pessoal pela terra brasileira, destacou-o o governo de Lisboa para superintender os trabalhos das suas minas.

No Distrito Diamantino agigantou-se a sua já acatada personalidade.

Para valorizar o esforço do mineiro e aumentar-lhe a capacidade de produção deu-lhe o que ainda não tivera, deu-lhe para trabalhar: guindastes, bombas, carrinhos de mão, sarilhos, planos inclinados, auto-motores, deu-lhe pólvora em abundância, ferro barato e em quantidade, racionalizou os serviços, agrupando os homens e montando os primeiros grandes depósitos que aqui se fizeram de reserva de gêneros e de materiais. Deu-lhe tudo isso, e além disso conforto moral e material.

Só assim conseguiria o milagre de arrancar do já considerado esgotado Distrito Diamantino, milhares de contos em diamantes maravilhosos.

Camara Bethencourt tinha em si todas as características dos grandes condutores de homens para o trabalho. Encontramo-lo sempre inclinado às iniciativas nobres, uteis e proveitosas.

Foi graças ao seu trabalho hercúleo, coadjuvado por uma plêiade escolhida de brasileiros que agiam sob a sua exclusiva orientação, conjugado com os esforços de d. Francisco de Assis Mascarenhas, do barão d'Eschwege e de outros mais, que o Brasil teve para uso de seus trabalhos nas zonas de mineração e nos seus arsenais, todo o ferro necessário aos seus serviços, por preços muitíssimo inferiores aos que vigoravam quando Camara assumiu a importantíssima função de Intendente Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino.

Esse ferro era fabricado na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, por ele construída, na Fábrica "Patriótica", montada por d'Eschwege por iniciativa do então governador da Capitania de Minas Gerais, D. Francisco de Assis Mascarenhas, e por vários outros pequenos proprietários de forjas existentes na mesma Capitania.

Nesse período, constatou-se uma baixa de 8 para 2\$000 no preço de custo da arroba de ferro empregado nas minas e nos arsenais do reino.

D. Francisco de Assis Mascarenhas sendo transferido para governar a Capitania de S. Paulo, passou a ser ali o principal animador dos trabalhos de produção do ferro na fábrica do Ipanema, onde o Capitão de engenheiros Frederico Luiz Guilherme Vernhagen, com os esforços nela empregados, fez jus a ser colocado entre os que, no Brasil, mais se distinguiram nesse campo de atividade humana.

Mais tarde, constata-se a iniciativa de Monlevade, criando nas margens do Rio Piracicaba uma usina que tomou o seu nome, e, no período conhecido por "tempo do encilhamento", encontramos

os primórdios da nova era da siderurgia nacional, com os altos fornos ainda hoje existentes na tradicional Usina Esperança, que fazia parte do grupo industrial da antiga Companhia de Forjas e Estaleiros, e na Usina de Burnier, ambos construídos pelo engenheiro suíço Gerspacher, cujo túmulo se encontra no pequeno cemitério de Esperança.

Durante muitos anos permaneceram inativos esses altos fornos, até que no fim do século XIX, em Esperança, o engenheiro José Joaquim de Queiroz Junior, retomando os serviços daquela usina, com especial bravura e grande ardor patriótico, firmou as bases definitivas do futuro grande surto siderúrgico do Brasil, coluna mestra do maior parque industrial da América do Sul e garantia indispensável à perene integridade do nosso território.

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1938.

